

1     **ATA 13° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**  
2     **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE SAÚDE**

3  
4     Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em reunião híbrida,  
5     realizou-se a décima terceira Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de  
6     Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2022, sob a  
7     presidência do conselheiro Thiago Dapper, substituto ao presidente do Conselho de Administração do  
8     IPE Saúde, e secretariada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária do colegiado. **1) Abertura da**  
9     **Reunião Ordinária.** Foi declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros  
10    representantes do Governo do Estado, titular Thiago Dapper Gomes e suplente Gilderis Magrin (IPE  
11    Saúde), titular Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), suplente Jane Vidal (TJRS), e titular Maria  
12    Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e representantes dos segurados, titulares Kátia  
13    Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Márcia Elisa Pereira Trindade e  
14    Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andrezza (Cpers). Além destes, a  
15    reunião contou com a presença das assessoras de Planejamento e Orçamento, Mary Liliâne Cavalheiro  
16    Mendes, e de Governança, Mônica Alves (IPE Saúde). **2) Ausências justificadas.** O conselheiro Mauro  
17    Hauschild, representante do Governo do Estado, não pode comparecer por conta de agenda externa  
18    pelo Governo e não pode ser substituído por sua suplente, Itamê Sandri Westphalen, por motivos de  
19    saúde; o conselheiro Bruno Jatene, representante do IPE Saúde, não pode comparecer por conta de  
20    outras reuniões na Autarquia e foi substituído por sua suplente, Gilderis Magrin; O conselheiro João  
21    Ricardo dos Santos Costa, presidente do colegiado e representante do Tribunal de Justiça do Estado,  
22    não pode comparecer por motivo de férias, sendo substituído por sua suplente, Jane Vidal. **3)**  
23    **Aprovação da Ata nº 12/2022 da reunião ordinária, do dia 23 de junho de 2022.** O presidente em  
24    substituição, Thiago Dapper, relatou ao Conselho que o diretor de Relacionamento com o Segurado  
25    do IPE Saúde, Paulo Gnoatto, realizou duas ressalvas em sua fala descrita na ata, lendo na sequência  
26    os parágrafos sugeridos por ele. Os conselheiros concordaram com a alteração e a ata de nº 12/2022,  
27    do dia 23 de junho de 2022, foi aprovada por unanimidade dos conselheiros, acrescida das ressalvas  
28    sugeridas pelo diretor. **4) Correspondências expedidas.** Ofício CA nº 25/2022 que encaminha a  
29    Resolução CA nº 04/2022 no que concerne ao Relatório de Prestação de Contas 2021 e Balanço Anual  
30    2021; Ofício CA nº 26/2022 com manifestação do Conselho de Administração sobre PL 65 de 2022,  
31    proposta do deputado estadual Thiago Duarte; Ofício CA nº 27/2022 solicitando à Presidência do IPE

32 Saúde que comunique os Poderes e as Entidades de Classe sobre a indicação de novos membros ao  
33 Conselho de Administração ou permanência dos mesmos – Gestão 2023-2025. **5) Correspondências**  
34 **recebidas.** Não houve. **6) - Apresentação da análise financeira e operacional dos meses de janeiro a**  
35 **abril de 2022.** Para dar início às apresentações dos dados, a assessora de Planejamento e Orçamento,  
36 Mary Mendes, iniciou as explanações relatando a estrutura do levantamento financeiro e as  
37 considerações iniciais do relatório gerado. Na sequência, apresentou os dados dos limitadores de  
38 despesas e investimentos da Autarquia no período de janeiro a abril de 2022. O conselheiro Álvaro  
39 Panizza realizou questionamentos sobre a dotação e a execução da receita, sendo sanadas as dúvidas  
40 pela assessora Mary Mendes, com auxílio do conselheiro Thiago Dapper. O conselheiro Álvaro Panizza  
41 continuou expondo sua visão sobre o contingenciamento citado no levantamento apresentado, onde  
42 discutiu-se sobre o assunto em comparação aos dados do mesmo período no ano de 2021. Após as  
43 discussões, a assessora Mary Mendes continuou a apresentação citando os dados de arrecadação do  
44 IPE Saúde, onde observou-se uma evolução positiva no período, resultante também, de pagamentos  
45 de paritárias e pensionistas por parte do Governo do Estado. A assessora falou, ainda, sobre as  
46 despesas operacionais, que não tiveram alterações e, posteriormente, sobre a natureza da despesa  
47 operacional paga, sendo esta dividida em despesas administrativas de encargo pessoal e social, outras  
48 despesas correntes e despesas com assistência médica. Dando seguimento, apresentou-se o  
49 comparativo das despesas representativas do período, abordando o volume de atendimentos por tipo  
50 de serviço, trazendo dados dos anos de 2019 a 2022. Ao apresentar as despesas representativas, Mary  
51 Mendes também demonstrou os dados financeiros dos meses de maio e junho de 2022, antecipando  
52 a explanação do segundo tema de pauta, onde foram apresentados os tipos de atendimentos e os  
53 valores gastos em cada mês. O conselheiro Álvaro Panizza, por sua vez, sugeriu que nas próximas  
54 apresentações sobre as despesas representativas do Instituto, que houvesse uma correlação entre as  
55 tabelas apresentadas para dar mais clareza aos dados. Após a manifestação do conselheiro, a  
56 assessora Mary Mendes continuou apresentando os gastos com os prestadores, onde relatou sobre  
57 quais prestadores demandam mais despesas em tabelas de classificação de porcentagens  
58 representativas. Mary Mendes relatou, ainda, os prazos de pagamentos das despesas com a  
59 assistência médica, despesas médicas pendentes de pagamentos e movimentações orçamentárias,  
60 que contemplam as antecipações, suplementações e transferências orçamentárias. Por fim, após as  
61 explanações da assessora, o conselheiro Álvaro Panizza falou que, na sua visão, faltaram ainda  
62 informações dos órgãos que estão devendo ao Instituto, para possibilitar projeções futuras sobre as

63 receitas. Ao citar as considerações finais, a conselheira Kátia Terraciano questionou o porquê de não  
64 constar no relatório apresentado a continuidade de cobrança dos Precatórios e RPV's, sendo  
65 esclarecido pela assessora Mary Mendes que há um processo aberto específico sobre estas cobranças,  
66 com os valores registrados no Sistema Financeiro do Estado, e que ainda não há atualizações sobre a  
67 previsão destes pagamentos ou atualização de valores devidos ao IPE Saúde. Thiago Dapper, por sua  
68 vez, esclareceu como estão sendo feitas as cobranças destes créditos que a Autarquia deve receber  
69 do Estado e salientou que muito já se resolveu dentro do atual cenário vivido pelo Instituto, porém  
70 ainda é necessária uma força tarefa em relação aos demais valores não pagos, o que não se consegue  
71 fazer de forma rápida, visto o número baixo de pessoal e limitações de ordem técnica para realizar os  
72 levantamentos e processamento das contas. **7) Apresentação dos dados financeiros dos meses de**  
73 **maio e junho de 2022.** Dados apresentados conjuntamente ao tema sobre a análise financeira e  
74 operacional dos meses de janeiro a abril de 2022. **8) Discussão sobre remuneração dos servidores do**  
75 **quadro do IPE Saúde.** Para dar início às discussões, a assessora de Governança do IPE Saúde, Mônica  
76 Alves, relatou ao Conselho de Administração sobre a existência de um Processo Administrativo no  
77 PROA, de número 21/2441-0013552-7, aberto em 18 de outubro de 2021, que estabelece uma  
78 reavaliação da remuneração dos servidores públicos do quadro do IPE Saúde. Mônica Alves citou  
79 algumas datas do histórico de movimentação deste processo, onde ocorreram análises quanto ao  
80 tema pelos órgãos competentes do Estado, sendo que a proposta foi primeiramente apresentada à  
81 Diretoria Executiva da Autarquia, pela primeira vez, em 27/07/2021. De outubro de 2021 até janeiro  
82 de 2022, o processo tramitou diversas vezes entre o Instituto e a Secretaria de Planejamento,  
83 Governança e Gestão para correção do texto da proposta, entre outras modificações administrativas  
84 e jurídicas. Em março de 2022, a SPGG encaminhou o processo ao GAE para análise, que precisou  
85 retornar o PROA para o IPE para substituição de documento, em razão da assunção da nova gestão,  
86 pelo Presidente Jatene. Segundo a assessora, no retorno do processo ao IPE Saúde, já estavam  
87 tramitando os decretos sobre limitação de gastos com pessoal e o Regime de Recuperação Fiscal no  
88 Governo do Estado, sendo, portanto, solicitado pelo Presidente da Autarquia, Bruno Jatene, em maio  
89 de 2022, à Coordenadoria Setorial da PGE junto ao Instituto, a análise da viabilidade jurídica da  
90 permanência de tramitação deste Proa por conta do Regime de Recuperação Fiscal não permitir  
91 nenhum tipo de reestruturação salarial no estado no período. Após a explicação, o conselheiro Ives  
92 Agamenon solicitou a palavra para opinar que, por conta deste Processo Administrativo ser aberto  
93 ainda em outubro de 2021, antes do Governo do Estado aderir definitivamente o Regime de

94 Recuperação Fiscal, é possível que o mesmo seja considerado para execução. A assessora Mônica  
95 Alves, junto do conselheiro Thiago Dapper, esclareceu que, no momento em que o IPE Saúde  
96 encaminhou ao Governo do Estado as exceções que deveriam ser executadas durante o Regime de  
97 Recuperação Fiscal, este processo constou nas ressalvas. A conselheira Kátia Terraciano, por sua vez,  
98 manifestou-se opinando o quão desgastante foi o processo de tramitação do texto do projeto de  
99 reavaliação salarial, causando o atraso no cumprimento da proposta, e que o Instituto depende desta  
100 execução para tornar possível a permanência dos atuais servidores nos cargos da Autarquia que são  
101 atraídos por salários mais dignos, principalmente dos novos ingressantes pelo Concurso Público de  
102 2021. Desta forma, a conselheira Kátia lamentou que o Instituto fique, novamente, à mercê de uma  
103 nova análise sobre a viabilidade de tramitação do processo. **9) Assuntos de Ordem Geral.** O  
104 conselheiro e substituto ao presidente do Conselho, Thiago Dapper, relatou, conforme solicitação dos  
105 conselheiros no início desta reunião, que fica pautada para a próxima reunião ordinária do colegiado  
106 a discussão sobre a negociação com os prestadores credenciados ao IPE Saúde. Aproveitando o  
107 lembrete, a conselheira Kátia Terraciano relatou alguns casos que tem recebido sobre a falta de  
108 atendimento dos segurados e irregularidades nas cobranças de coparticipação, por parte de médicos  
109 vinculados ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, por conta destes impasses com a  
110 Autarquia e salientou a irregularidade de se negar a prestar o atendimento no meio de uma negociação  
111 como a que está ocorrendo com o IPE Saúde. A conselheira ficou de repassar à Presidência do Instituto  
112 os dados concretos dos fatos que relatou para a investigação dos casos. Álvaro Panizza falou que é  
113 importante separar os casos singulares que ocorrem por conta de conduta médica com o atendimento  
114 do Hospital credenciado, pois, por vezes, o problema está diretamente com um único profissional e  
115 não com a Instituição como um todo. Os conselheiros também citaram inconsistências quanto à  
116 relação de prestadores (publicada no site da Autarquia) que atendem pelo IPE Saúde e que uma  
117 Central de Regulação seria uma solução para este problema. O conselheiro Antônio Andrezza  
118 manifestou-se, na sequência, salientando que o Conselho de Administração deverá se debruçar nos  
119 contratos que o IPE Saúde firma com os prestadores de serviços para reavaliar os tipos de exigências  
120 e o cumprimento dos atendimentos tratados. Após os debates, os conselheiros deram sugestões sobre  
121 a implementação de uma Central de Regulação própria que auxilie o Instituto na execução da  
122 fiscalização dos atendimentos dos prestadores e que atenda de forma efetiva o segurado do plano.  
123 Este tema ficou deliberado para continuidade da discussão na próxima reunião ordinária. **10) Definição  
124 de pauta para a próxima sessão.** Para a reunião ordinária do dia 28 de julho de 2022, fica pautado o

125 seguinte tema: Discussão sobre a negociação com os prestadores credenciados ao IPE Saúde. **11)**  
126 **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando por encerrada a reunião, da qual, para constar,  
127 foi lavrada a presente ata que foi elaborada, revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld Borges,  
128 secretária do Conselho, e pelo presidente do Conselho de Administração, João Ricardo dos Santos  
129 Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão, que se encontra à disposição dos Senhores  
130 Conselheiros, por meio eletrônico, ressaltando-lhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim  
131 desejarem.

132

133 **Porto Alegre, 14 de julho de 2022.**

134

135 **Thiago Dapper**

136 Substituto

137 Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

138

139 **Thuane Liesenfeld Borges**

140 Secretária do Conselho de Administração.